

DCI – DIÁRIO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

Rateio de custos entre teles é obstáculo para portabilidade

14/6/07

Cintia Baio

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) encontra-se em um dos momentos mais delicados do cronograma para a implementação da portabilidade numérica no país, prevista para o primeiro semestre de 2008. Nesta semana, o Grupo de Implantação da Portabilidade (GIP), entidade criada pela Anatel para gerenciar o processo no país e que conta com a participação das operadoras, deve decidir como será a divisão dos custos para a adaptação das redes às novas regras.

"Chegar a um consenso de como será dividido os custos entre as operadoras será um dos maiores desafios do GIP. Afinal, estão mexendo, e muito, no bolso de grandes empresas que, a princípio, não vêem muitas vantagens na portabilidade", conta José Barbosa Mello, analista de telecomunicações e diretor do portal Teleco.

Segundo Mello, o mais provável é que as pequenas operadoras exijam que as grandes paguem mais pelo serviço. "Há interesses muito diferentes ao redor da portabilidade numérica e, uma hora ou outra, a Anatel terá que se impor. É pouco provável que haja um consenso entre as telefônicas", diz o analista. Entre os gastos das operadoras - que ainda não divulgaram valores - estão os de implantação, manutenção e com a Entidade Administradora.

Outro assunto que está na pauta do GIP para as próximas semanas, é a escolha de uma entidade que represente as operadoras de telefonia fixa e móvel processo que acompanhará a implementação. Ao que tudo indica, a escolhida será a Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicação (ABR Telecom), por ser uma entidade já consolidada e com a participação das maiores empresas do setor. "É preciso ter cautela nessa escolha para que ela não favoreça apenas as grandes empresas do setor", ressalta Luis Cuza, presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), que reúne, além de grandes, outras empresas de telecomunicação menores.

Após a escolha da organização, o próximo passo da Anatel é definir qual será a empresa responsável pela infra-estrutura tecnológica da operação. A Entidade Administradora, como é chamada, será responsável por fazer a "ponte" entre as operadoras receptoras e doadoras. O edital de licitação, que deverá sair em julho, já conta com duas candidatas oficiais, a americana Telcordia, vinda da Telcor, e a ClearTech. A vencedora assina contrato em agosto deste ano. "Já estamos nos preparando para entrar nesse processo, mas não divulgamos valores já investidos", diz Adolfo Delorenzo, diretor da Telcordia.

Implementação

De acordo com o cronograma da Anatel, as empresas terão de setembro deste ano até abril de 2007 para adaptarem suas redes e processos à portabilidade, já que em maio, a Agência prevê o início de pilotos em algumas cidades do país.

Segundo Delorenzo, será difícil para as operadoras montar uma infra-estrutura adequada em apenas seis meses, mesmo com a aparente aceleração dos processos: "Se levamos em conta as experiências obtidas em outros países,

seis meses não serão suficientes para que tudo fique pronto. Principalmente entre as fixas que possuem redes bem mais antigas que as móveis".

A Telefónica, a maior do setor, não quis comentar quais estratégias estão sendo definidas para o projeto de portabilidade. De acordo com a assessoria de imprensa, a operadora ainda espera definições da Anatel.

Além da portabilidade

Para o diretor da TelComp, a portabilidade só trará todos os benefícios se outra regra for aprovada, a desagregação da rede. Segundo Cuza, o usuário só poderá realmente mudar de operadora e número se as operadoras puderem "alugar" cabos de outras para atuarem fora da sua área de concessão.

"Há estados em que apenas uma operadora domina, como é o caso da Telefónica, em São Paulo. Com a desagregação, uma outra operadora poderia oferecer seus serviços no estado pagando uma espécie de aluguel para a empresa, no caso de São Paulo, a Telefónica. A portabilidade numérica será mais um impulso para que isso aconteça e permita a pequenas operadoras competirem no mercado", explica Cuza.

A experiência de portabilidade numérica já existe em vários países como Canadá, Japão e União Européia e, na maioria deles, não trouxe a competitividade como era esperado. Na Europa, o uso fica abaixo de 1% em 12 meses.